
Comentário final – o 25 de Abril e a queda do U: apontamentos sobre memória e revoluções

José Neves



Edição electrónica

URL: <https://journals.openedition.org/etnografica/15987>

DOI: 10.4000/etnografica.15987

ISSN: 2182-2891

Editora

Centro em Rede de Investigação em Antropologia

Edição impressa

Paginação: 151-162

ISSN: 0873-6561

Refêrencia eletrónica

José Neves, «Comentário final – o 25 de Abril e a queda do U: apontamentos sobre memória e revoluções», *Etnográfica* [Online], número especial | 2024, posto online no dia 23 abril 2024, consultado o 27 maio 2024. URL: <http://journals.openedition.org/etnografica/15987> ; DOI: <https://doi.org/10.4000/etnografica.15987>



Apenas o texto pode ser utilizado sob licença CC BY-NC 4.0. Outros elementos (ilustrações, anexos importados) são "Todos os direitos reservados", à exceção de indicação em contrário.

Comentário final – o 25 de Abril e a queda do U: apontamentos sobre memória e revoluções

José Neves

NEVES, José (jneves@fesh.unl.pt) – Professor auxiliar, NOVA-FCSH; investigador, IHC-NOVA/FCSH, IN2PAST. ORCID: 0000-0002-8331-5635.

PARA AQUELE LISBOETA QUE DESCOBRIU QUE JÁ NÃO TINHA CREME de barbear em casa, o dia 25 de abril de 1974 começou mal. Ainda assim, o homem saiu à rua e foi aí e então que se inteirou do que estaria a acontecer na cidade: uma revolução. Os ares da mudança começaram por fazê-lo regressar à sua residência, de onde foi acompanhando o desenrolar dos acontecimentos por via da rádio, escutando as vozes das autoridades que aconselhavam a população a permanecer no domicílio. Contudo, movido pela curiosidade, o nosso lisboeta acabou por tornar a sair à rua, agora com o objetivo de se aproximar do centro da capital do país. Chegou a uma praça da Baixa e o alarme provocado pelo som de alguns tiros trocados nas imediações levou-o a procurar um sítio resguardado, entrando no interior de uma loja que, por fortuna e para sua comodidade, vendia creme de barbear. Adquiriu o produto e regressou a casa.

Este episódio foi recordado pelo antropólogo Robert Rowland poucos anos depois da revolução de abril de 1974. Na abertura do ensaio “Ciências Sociais, História Social”, publicado em 1978 na *Revista Crítica de Ciências Sociais*, o relato do episódio servia ao antropólogo para dar nota da imensidão de factos que podemos conceber, e com os quais nos deparamos, quando nos pomos a investigar um qualquer período ou acontecimento histórico. Essa imensidão faz saltar à vista os limites da injunção positivista segundo a qual o historiador falará a verdade se relatar os factos históricos. Por cada facto relatado por um historiador, há outros tantos que ficam silenciados, sugere-nos Robert Rowland no seu ensaio, sendo que neste processo de filtragem intervêm, entre outros fatores, a subjetividade do historiador e os seus critérios de apuramento do que é e do que não é digno de ficar para a história (Rowland 1978: 58).

Mas o relato que Rowland fez do episódio também lhe servia para formular criticamente a questão da autoria da revolução. A despeito de a condição histórica dos humanos tender a ser prismada pelo binómio ativo/passivo, o homem do creme de barbear e o nosso antropólogo convidavam-nos a ser sensíveis tanto ao tempo rotineiro da reprodução e mesmidade social, como à singularidade da ação humana e da criação política. Por um lado, é a monotonia dos hábitos diários de quem faz a barba, de que alguma coisa nos falou José Leite de Vasconcelos, há já quase um século (Vasconcelos 1925), por outro lado, o dia 25 de abril do homem a quem faltava creme de barbear não era de todo insensível à incerteza histórica trazida pela intempestividade revolucionária. Uma intempestividade que se fazia ouvir pelo som dos tiros disparados – muito provavelmente – desde a sede da PIDE. Continuando na pegada de Robert Rowland, dir-se-ia assim que também aquele a quem faltou o creme de barbear foi um protagonista revolucionário. Indiferente às recomendações de prudência e cautela que lhe chegavam pela rádio, inscreveu as suas necessidades e a sua curiosidade no caderno de encargos e motivações dos pequenos e grandes conjuntos que naquele mesmo dia se formaram nas ruas de Lisboa,

dando ao golpe militar o alcance multitudinário que hoje nos leva a falar da Revolução de 25 de Abril.

Os 50 anos do 25 de Abril de 1974 são uma das últimas oportunidades para a História e as Ciências Sociais irem ao encontro de episódios como o que Robert Rowland nos relatou. Provavelmente, abril de 2024 é a derradeira ocasião em que muitos daqueles que protagonizaram a revolução – no cimo de um tanque ou em meio a uma multidão – estarão disponíveis para trocar algumas ideias sobre esse assunto. O futuro centenário do 25 de Abril de 1974 pode até vir a ser celebrado com maior envolvimento social do que o atual cinquentenário, e, entretanto, pode também suceder que se tornem acessíveis fontes por enquanto nossas desconhecidas. Todavia, os antigos estudantes e professores do ISCSP que dão o seu testemunho a esta edição da *Etnográfica* já não estarão vivos em 2074.

Em suma, há aspetos do 25 de Abril de 1974 de que já nos esquecemos ou que estão irremediavelmente perdidos, há fragmentos que esperam vir a ser iluminados por um futuro diferente do nosso presente, mas há uma memória e um conhecimento da Revolução de Abril que têm agora a sua janela de oportunidade. Este dossiê da *Etnográfica* aproveita-a.

MEMÓRIA E VÍCIO

As comemorações dos 50 anos do 25 de Abril estão a ser marcadas por exposições, livros, discursos e colóquios evocativos de episódios e datas inscritos na memória dominante do período. Nestes eventos tem prevalecido a notoriedade pública e a reputação histórica de quem é tido por protagonista da revolução e daqueles episódios e datas. Por exemplo, sob o título *Primaveras Estudantis: Da Crise de 1962 ao 25 de Abril*, a primeira grande exposição organizada pela Estrutura de Missão para a Comemoração dos 50 anos do 25 de Abril, na primavera de 2022, celebrou os dirigentes estudantis que participaram das lutas académicas contra a ditadura, focando com particular atenção e brilho a figura de Jorge Sampaio, ex-presidente da República falecido em 2021. Os testemunhos reunidos neste dossiê da *Etnográfica* observam o processo revolucionário a partir de um ângulo diferente.

São testemunhos da autoria de ex-estudantes (Filipe Ramires, Luiz Souta, Maria da Luz Alexandrino [Milu] e Dulcinea Gil), de ex-docentes (José Fialho Feliciano) e de um ex-estudante e ex-docente (José Cardim) do ISCSP/U. Pequenos relatos da revolução, fruto de uma escrita em larga medida inédita, trazem ao nosso conhecimento quem ainda não tínhamos escutado. Cada testemunho oferece-nos apontamentos autobiográficos de natureza individual, mas também eco de rumores públicos, o burburinho comum e a alegria da experiência política coletiva. São relatos realizados na primeira pessoa do singular em que o narrador desliza para o uso da primeira pessoa

do plural. Contribuem para nutrir uma memória mais difusa, discreta e coletiva.

As circunstâncias deste dossiê têm contornos disciplinares específicos. É a antropologia, por via da revista *Etnográfica*, que cuida de acolher a intervenção de protagonistas históricos menos “notáveis”, mais raramente destacados nas iniciativas comemorativas oficiais. A disciplina da História, sabemo-lo bem, tem sido menos propensa a tal acolhimento, mesmo se podemos assemelhar a sobriedade do gesto de organização deste dossiê a um exercício levado a cabo recentemente pelos historiadores Rui M. Gomes e Jorge Ramos do Ó: numa pequena editora independente chamada Tigre de Papel, publicaram um livro de estudo e recolha de fontes relativas à “aventura da imprensa estudantil do ensino secundário no período terminal da ditadura” (Gomes e Ó 2023).

O dossiê também é motivado por uma dimensão afetiva. Alguns dos estudantes e professores que viveram o ISCSP dos anos de Abril mantiveram, desde então, laços de fraternidade que não serão indiferentes à disponibilidade para agora dar testemunho daquele passado. O depoimento de José Fialho Feliciano assinala-o: “Quase 50 anos passados um numeroso grupo de actores participantes daquele caminho feito em conjunto no ISCSP continua regularmente a almoçar e a discutir, porque o vício se pegou e ficou”. E “vício” é o termo que aqui dá nome àqueles laços tecidos por um passado que não passou por inteiro – ou que não ficou enterrado para sempre. Laços que são mantidos ou reanimados por encontros informais, ocorridos com periodicidade mais ou menos regular.

À volta de uma mesa de almoço ou de jantar, são ocasiões durante as quais a memória se faz meio de afinidade, troca ou jogo, e em que se toma o pulso ao modo como a vida vai tratando quem, algures no passado, foi companheiro de dia-a-dia. Fazendo-se uso convivial de um passado partilhado, não são momentos civicamente inocentes. “Será apenas entretenimento?”, pergunta José Fialho Feliciano, para em seguida responder: “O que pretendemos é não estar distraídos”. São momentos que constituem uma fonte importante de informação e de interpretação da história e da sociedade contemporâneas, bem como da própria percepção e usos do tempo. Uma fonte que é muito negligenciada pelos historiadores e cientistas sociais.¹ Por exemplo, a leitura dos testemunhos – aqui reunidos pelo antropólogo João Leal, ele próprio antigo estudante do ISCSP/U – sugere-nos que uma revolução, longe de se reduzir à conquista do Palácio de Inverno, igualmente permeia as relações de poder na sua capilaridade.

1 Para uma exceção, em torno das reuniões de ex-combatentes portugueses da Guerra Colonial, veja-se Antunes (2015).

“FOLCLORE REVOLUCIONÁRIO” E MEMÓRIA

Na madrugada do dia 25 de abril de 1974, na Rua do Arsenal, em Lisboa, o capitão Salgueiro Maia meteu uma granada no bolso e enfrentou o brigadeiro Junqueira dos Reis, o qual ordenou ao cabo José Alves da Costa que disparasse sobre Maia, o que não aconteceu. A coragem de Maia e, em menor grau, a desobediência de Alves da Costa, têm sido celebradas, uma e outra vez, enquanto atributos decisivos do derrube da ditadura. Mas outros capitães afrontaram outros brigadeiros – e mais do que um cabo mudou de lado a meio da contenda. Conta-nos Filipe Ramires, no seu depoimento:

“No dia 27 de Abril de 1974, pelas 11h00m tínhamos aulas de Finanças Públicas com o célebre director Vasco Fortuna. Interrogava-me se ele teria coragem de aparecer. Estava na sala de aula quando chegou. Começa a dar a aula como se nada tivesse acontecido. Pensava para comigo: ‘Não posso acreditar, tenho de fazer alguma coisa’. Bem o pensei e bem o fiz. Levantei-me e dirigi-me ao Vasco Fortuna dizendo: ‘Houve uma revolução e você tem a lata de vir dar aulas. Desapareça!’. O Fortuna foge para a porta e chama pelo contínuo Medeiros que o levou para o cimo do jardim. A aula acabou de imediato.”

Na nossa época contemporânea, segundo Reinhart Koselleck e a sua história dos conceitos, revolução é o que transforme a sociedade – e não simplesmente o que modifique a arquitetura política que essa sociedade sustenta (Koselleck 2004 [1969]). Neste sentido, os historiadores e os cientistas sociais têm identificado e inquirido os efeitos do 25 de Abril em diferentes esferas e setores da vida nacional, incluindo a universidade. No entanto, testemunhos como o de Filipe Ramires sugerem-nos que a revolução, tendo tido os seus efeitos no mundo da universidade, nesta encontrou também causas e atores com nome próprio.

Dito de outra forma: a revolução tanto irradia desde um epicentro político e militar como ocorre em diferentes nós da rede de poder tecida pelo quotidiano das nossas sociedades. De resto, se nem sempre cuidam de fazer prova de heroicidade, os testemunhos dos atores que efetuaram a revolução nas nossas universidades recorrem ao drama como modo específico de dar conta do que aconteceu. No relato que Ramires nos faz de uma das primeiras assembleias de estudantes realizadas no ISCSP depois do 25 de Abril, podemos ver alguns desses atores tomarem conta do palco:

“Marcou-se, de imediato, uma assembleia de alunos, para na sequência da revolução se tomarem medidas na escola. Nessa assembleia, e dando corpo a uma velha pretensão dos estudantes, fui o primeiro a usar da palavra,

tendo apresentado uma proposta para que o nome da escola deixasse de ser Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina e passasse a ser Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas e que, de imediato, fosse retirada a placa que estava na porta principal e se afixasse na mesma um novo dístico com a nova designação. Tal proposta foi aprovada por unanimidade e aclamação. De imediato eu, o Augusto Seabra e o Luís Costa, munidos de um martelo, partimos a velha placa e afixámos uma outra já com o novo nome.”

A materialidade concreta dos processos revolucionários de alteração de símbolos e sinais oficiais participa de muitas cenas que povoam o imaginário político e cultural contemporâneo. O momento em que um soldado retirou um retrato do ditador Oliveira Salazar das paredes da sede da PIDE no dia 25 de abril de 1974 foi iconicamente fotografado por Eduardo Gageiro. No dia 2 de maio de 1945, no final da II Guerra Mundial, a tomada do Reichstag pelo exército soviético foi igualmente representada pelo fotógrafo Evgueni Khaldei, cuja máquina captou o instante em que um soldado soviético hasteou a bandeira vermelha com a foice e o martelo no topo do edifício. E, já neste século, em 9 de abril de 2003, no contexto da invasão norte-americana do Iraque, as câmaras de filmar da estação televisiva CNN registaram o derrube de uma estátua de Saddam Hussein em Bagdad, pretendendo assim emitir certidão do óbito de mais um regime, numa cena que fez alguns jornalistas portugueses lembrarem-se do 25 de Abril português. Em qualquer dos casos, trata-se da destruição de património tornado velho e da abertura de um novo horizonte de expectativas. Possivelmente, haverá uma fotografia por descobrir que retrate o momento da queda do U. Mas não foi preciso esse documento visual para que o relato elaborado por Ramires nos trouxesse à memória as imagens referidas no parágrafo anterior. Há palavras que valem uma imagem.

Dir-se-ia, talvez, que o caso da queda do U não passa de uma pequena revolução, uma de várias que fizeram parte do “folclore revolucionário de então”, para citar uma expressão utilizada por Mário Soares, já no início deste século, ao recordar os anos de Abril (Soares 2005). Resgatando a expressão ao uso depreciativo que dela frequentemente se faz, podemos entender este “folclore” como veículo de uma disposição revolucionária mais genérica. Uma disposição – mas poderíamos também dizer mentalidade, atitude ou tradição – que é nutrida por processos em que a memória participa, pelo menos, de duas formas.

Por um lado, e como acabámos de sugerir, um episódio revolucionário pode facilmente sintonizar-nos com a memória de outras revoluções. É como se a queda do U e o seu relato citassem gestos anteriores de índole igualmente revolucionária. Por efeito de citações, revoluções de diferentes períodos e geografias tornam-se relativamente contemporâneas, como bem sugeriu Nikias Ribeiro

Spakinakis, ao pintar numa tela uma constelação a que deu o título *Delacroix no 25 de Abril em Atenas*. A memória deixa aqui de ser apenas matéria de representação, encenação, conhecimento ou posteridade, passando a ser também uma questão de ação, performatividade, política e atualidade.

Por outro lado, a disposição revolucionária igualmente se alimenta de processos de memorialização lineares e cumulativos e os testemunhos recolhidos por João Leal resultam sugestivos também neste plano. Permitem-nos acompanhar o processo histórico de sedimentação de uma vontade revolucionária na universidade portuguesa. Como é sabido, desde os anos 60 que o espectro da revolução vinha sendo nutrido pela atitude contestatária de parte da população estudantil universitária. Esta atitude foi sendo crescentemente animada em sucessivos episódios históricos: a “descoberta” da pobreza na Grande Lisboa ao tempo das cheias de 1967, de que nos fala o testemunho de José Cardim, ou as notícias de Maio de 68 e da guerra do Vietname, isto num contexto de mobilização militar para a guerra e de alento ideológico das forças da oposição. Estes e outros acontecimentos foram pontuando o paulatino desenvolvimento do associativismo académico, mesmo se sob vigilância política e policial, e à dinâmica estudantil destes anos a socióloga Guya Accornero chamou a revolução antes da revolução (Accornero 2021).

Contrariando a metáfora da “panela de pressão”, tantas vezes utilizada a respeito do 25 de Abril, de modo a dar conta de uma explosão que seria inevitável em função das contradições internas de uma sociedade e de uma ditadura com uma duração de meio século, talvez possamos perceber a explosão revolucionária como mais do que uma rutura espetacular que trouxe à superfície a crise das estruturas sociais e económicas do antigo regime.

À luz destes testemunhos, ou pelo menos da leitura que deles aqui propomos, o dia 25 de abril emerge como um momento solene de uma série de episódios mais discretos de “desobediência” que precederam “o dia inicial inteiro e limpo” e depois deste continuaram. De resto, o espectro da revolução pairava igualmente sobre o outro lado da barricada, com o medo da revolução e o anti-comunismo a fazerem-se sentir junto de vários docentes, como bem o indicia, de novo, o testemunho de Filipe Ramires, referindo-se a um episódio ocorrido com um professor do ISCSPU antes da revolução:

“Era um dia de muito vento que se fazia sentir nos corredores. Eis que se ouviu um enorme estrondo. O professor gritou a plenos pulmões: ‘Uma bomba!’. Ao mesmo tempo, carregou no botão existente na sala para chamar o contínuo. De imediato abriu-se a porta da sala com o contínuo Medeiros a sorrir dizendo: ‘Sr. professor, não tenha medo! Foi uma aluna que foi à casa de banho!’”.

UNIVERSIDADE, PODER E MEMÓRIA

A queda do U foi um aspeto simbólico definidor da vida do ISCSP nos anos de Abril, tanto mais que, testemunha Dulcineia Gil, “a queda do U (de ‘Ultramarina’)” deu-se “não só na designação do instituto, mas também em todos os cursos”. Foi uma mudança que veio para ficar, pelo menos até agora. Participou do “folclore revolucionário” do 25 de Abril e participa de uma história mais longa, a da descolonização do conhecimento, das instituições e do espaço público ocidental neste país que foi o centro do último império colonial europeu. Uma história de descolonização que – poderíamos até dizer – ganhou recentemente um novo balanço, com o alcance de movimentos como o *Black Lives Matter* ou *Rhodes Must Fall!*, este último justamente surgido numa universidade, no caso na África do Sul.

Contudo, nos testemunhos aqui reunidos, uma outra questão assume igual relevância à da queda do U e desta é indissociável. Trata-se da questão dos saneamentos. E com um comentário sobre estes e sua memória terminarei este meu texto.

É sabido que o ISCSP/U foi uma das universidades em que se sanaram professores comprometidos com a ditadura e o colonialismo (Pinto 2001). Estes saneamentos são hoje vistos com suspeição por boa parte da opinião publicada. A suspeição inspira-se numa literatura autobiográfica escrita na condição de vítima (Serrão 2008; Moreira 1976). E deve-se também ao facto de o próprio Estado, já em inícios de 1977, e pela mão do ministro socialista Sottomayor Cardia, ter estigmatizado o ISCSP de Abril, fazendo dele exemplo dos “excessos” resultantes de uma alegada “euforia” revolucionária (Trindade 2012). E, contudo, como sugere o testemunho de Maria de Luz Alexandrino (Milu), à época o consenso em torno dos saneamentos seria significativo:

“Era claro que não se podia construir um regime democrático reciclando fascistas. A própria Junta de Salvação Nacional, liderada pelo general António de Spínola, ‘a brigada do reumático’ como a apelidámos por ser integrada por generais do ‘antigamente’, reconheceu tal facto e publicou o decreto-lei n.º 176/74 (29/4) aplicável ao ensino superior, regulando o processo de saneamento. E entre outros demitiu ‘os reitores e vice-reitores das Universidades de Lisboa, Técnica de Lisboa, Porto, Coimbra, Luanda e Lourenço Marques’, devendo os elementos exonerados entregar as suas funções aos ‘respectivos substitutos legais’.”

O estigma resultante da intervenção de Sottomayor Cardia é, na verdade, assinalado e criticado em alguns dos testemunhos aqui reunidos. Recorda Luiz Souta que o ministro socialista interveio no ISCSP por alegada “degradação

pedagógica e administrativa” da vida académica na instituição, sendo que, onde o ministro falava de “degradação”, o testemunho já citado de Milu fala de “criatividade”:

“Uma mudança de uma ditadura de quase meio século para um sistema democrático não é fácil. Requer criatividade, inovação, muito trabalho e dedicação. Suportar o novo sistema implicava manter o país a funcionar, mas com novas estruturas. E implicava também a limpeza do passado, na altura chamada ‘saneamento’.”

Neste depoimento encontramos uma crítica velada à estigmatização depreciativa do encantamento revolucionário de Abril. Uma crítica que se encontrava já em comentários da própria época, como o que Pierre-Marie Doutrlant, citado pelo historiador Francisco Bairrão Ruivo (2015), escreveu no *Diário de Lisboa*, logo no Verão de 1974:

“Como descrever dum traço a situação social em Portugal? Haverá que falar de Maio avassalador, de fervor revolucionário, de panela de pressão deixando escapar o vapor por todos os lados? É certo que basta andar cinco minutos pelas ruas de Lisboa para depararmos com seguinte cartaz: ‘Estamos em greve’. Mas estas palavras, estas imagens são enganadoras: nenhuma febre (ou bem pouca), nenhuma fúria, nenhuma loucura autodestruidora no andamento dos conflitos. [...] Assim é, dois meses depois da revolução de Abril, a vida social em Portugal: luta, exigência, imaginação”.²

Em qualquer dos casos, a memória de que o ISCSP viveu um período revolucionário encontra-se hoje enfraquecida. No registo oficial da instituição, o período é abreviado como um momento difícil, veremos mais adiante. E nos corredores e nas conversas de café mantidas nas escolas de ciências sociais e humanas da região de Lisboa, não raras vezes prevalece a imagem do ISCSP como um vestígio institucional de uma ditadura passada.

Não discuto – não tenho o conhecimento para isso – a justeza ou mérito desta fama. Mas podemos apontar um dos seus efeitos: a desvalorização da importância da escola na história das Ciências Sociais em Portugal, nomeadamente na história da Sociologia. Com efeito, a imagem de um ISCSP tutelado por figuras como Óscar Soares Barata, Sousa Lara ou Adriano Moreira – a cujo regresso a intervenção do ministro Sottomayor Cardia abriu as portas – convive mal com o facto de a sociologia portuguesa ter criado uma identidade democrática que tende a invisibilizar a sua própria existência em tempos de

2 *Diário de Lisboa*, 5 de julho de 1974, p. 12.

ditadura (Águas 2012).³ Esta identidade democrática é resultado, entre outros, de três processos: a desvalorização das origens corporativas do ICS de Adérito Sedas Nunes; a projeção do ISCTE enquanto uma instituição alinhada com uma modernização tida como o avesso da ditadura, projeção e avesso de que é exemplo o facto de a reforma Veiga Simão ter sido celebrada no quadro do programa oficial dos 50 anos do 25 de abril;⁴ e o engajamento intelectual que a sociologia do CES assumiu com os “valores de Abril”.

Podemos assim dizer que, independentemente de tudo o que os separa, o ISCSPU do antigo regime e o ISCSP da revolução têm uma coisa em comum: ambos são tidos como exemplo negativo da imagem que as instituições e os agentes de conhecimento das sociedades liberais de hoje construíram do seu saber, cuja essência é frequentemente definida pela sua independência face aos assuntos da política. Uma independência que teria sido posta em causa por regimes ditatoriais, mas também por momentos revolucionários, em que a vertigem da mudança estimularia tentações totalitárias. E, não por acaso, a memória institucional que o ISCSP hoje tem para apresentar oferece-nos uma cronologia sintética em que os anos 70 são resumidos como “Os difíceis anos 70”, neles pontificando três factos: (1) “17 de maio de 1974: o Instituto Superior de Ciências Sociais e Política Ultramarina passa a designar-se Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas (ISCSP), designação que já havia sido avançada por Adriano Moreira no Colóquio Pedagógico, em 1969”; (2) “13 de janeiro de 1977: o ministro Sottomayor Cardia determina o encerramento e reestruturação do ISCSP”; (3) “11 de maio de 1978: é nomeada a Comissão Directiva Eventual que inicia o processo conducente à eleição dos órgãos de gestão do ISCSP”.⁵

Do epílogo deste processo de “reestruturação” falamos também os testemunhos aqui reunidos, nomeadamente o de José Fialho Feliciano. Apresentando-se como o “último saneado”, ele que havia ingressado na escola como

3 O caso de Adriano Moreira guarda especificidades, na medida em que, em democracia, a sua importância para a história da dominação colonial e da ditadura acabou por ser relativizada, num processo que tem suscitado crítica, mas, na maior parte das vezes, apreciações positivas, como de algum modo sugere o testemunho de José Cardim: “Adriano Moreira, cuja capacidade teórica e expositiva era notável. E que mesmo em democracia fez carreira política tendo tido a distinção de, quando se reformou na Assembleia da República, ser unanimemente cumprimentado pelos deputados. Coisa não pouca porque servira os dois regimes.”

4 A respeito da reforma Veiga Simão, veja-se o testemunho de Luiz Souta relativamente a uma moção, que terá sido aprovada em assembleia de estudantes do ISCSP em 1975, na qual “se exigia ‘o desmantelamento imediato da Universidade Nova e que os seus recursos sejam postos à disposição das escolas’, isto porque a Universidade Nova ‘era uma peça essencial da reforma de Veiga Simão’ e ‘mostrou-se incapaz de participar no processo revolucionário correndo o risco de se tornar «um baluarte da contra-revolução»’”.

5 Disponível em < <https://www.iscsp.ulisboa.pt/pt/institucional/areas-de-atividade/unidades-de-missao/iscsp-cultura/historia?catId=813#693> > (última consulta em março de 2024).

docente após o 25 de Abril, é sua a última palavra, num discurso sem marcas de amargura ou vitimização:

“No Verão de 1977 voltei ao Sul de Moçambique, como equiparado a bolsheiro, para investigação e tese de doutoramento. Em Fevereiro desse ano fui saneado por carta e no meu regresso, no fim do Verão de 1978, solicitei a intervenção do Ministério da Educação, que no despacho de resposta concluiu: (1) que fosse reintegrado com efeitos retroactivos desde o mês de Fevereiro; (2) para que no futuro se evitassem situações semelhantes, fosse instituído o Conselho Científico da Escola. Na primeira reunião, o conselho foi instituído e na segunda reunião foi reconfirmado o meu saneamento. Fui provavelmente o último saneado e... sem lamentos. O instituto, quando reabriu em 1980, integrava já o corpo docente que leccionava antes do 25 de Abril.”

BIBLIOGRAFIA

- ACCORNERO, Guya, 2021, *The Revolution Before the Revolution: Student Protest and Political Change in Authoritarian Portugal*. Nova Iorque / Oxford: Berghahn.
- ÁGOAS, Frederico, 2012, “Estado, Universidade e Ciências Sociais: a introdução da sociologia na Escola Superior Colonial”, in Miguel Bandeira Jerónimo (org.), *O Império Colonial em Questão (Sécs. XIX-XX): Poderes, Saberes e Instituições*. Lisboa: Edições 70, 317-347.
- ANTUNES, Maria José Lobo, 2015, *Regressos Quase Perfeitos: Memórias da Guerra em Angola*. Lisboa: Tinta-da-China.
- GOMES, Rui L., e Jorge Ramos do Ó, 2023, *A Urgência da Palavra Impressa: A Imprensa dos “Intrépidos Adolescentes” contra a Ditadura (1970-1974)*. Lisboa: Edições Tigre de Papel.
- KOSELLECK, Reinhart, 2004 [1969], “Historical criteria of the modern concept of revolution”, in Reinhart Koselleck, *Futures Past: On the Semantics of Historical Time*. Nova Iorque: Columbia University Press, 43-57.
- MOREIRA, Adriano, 1976, *Saneamento Nacional*. Lisboa: Torres e Abreu Editores.
- PINTO, António Costa, 2001, “Settling accounts with the past in a troubled transition to democracy: the Portuguese case”, in Alexandra Barahona de Brito, Carmen Gonzalez Enriquez e Paloma Aguilar (orgs.), *The Politics of Memory and Democratization*. Oxford: Oxford University Press, 65-91.
- ROWLAND, Robert, 1978, “Ciências Sociais, História Social”, *Revista Crítica de Ciências Sociais*, 1: 57-90.
- RUIVO, Francisco Bairrão, 2015, *Spínola e a Revolução: Do 25 de Abril ao 11 de Março de 1975*. Lisboa: Bertrand.

- SERRÃO, Daniel, 2008, *Um Saneamento Político Exemplar: Trinta e Três Anos Depois*. Lisboa: Alêtheia Editores.
- SOARES, Mário, 2005, “Memória de Sartre”. Disponível em < https://fmsoaresbarroso.pt/mario_soares/textos/textos_ms/002/36.pdf > (última consulta em abril de 2024).
- TRINDADE, Luís, 2012, “Os ‘excessos’ de Abril”, in Izabel Margato e Renato Cordeiro Gomes (orgs.), *Literatura e Revolução*. Rio de Janeiro: UFMG, 43-60.
- VASCONCELOS, José Leite de, 1925, *A Barba em Portugal*. Lisboa: Imprensa Nacional.